

# **X COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA**

*“A Geografia Ibérica no Contexto Europeu”*

Universidade de Évora

22 a 24 de Setembro de 2005

## **Convergência económica e coesão social e territorial da Península Ibérica na União Europeia**

Eduarda Marques da Costa (Universidade de Lisboa)  
Madalena Pires da Fonseca (Universidade do Porto)

# **Convergência económica e coesão social e territorial da Península Ibérica na União Europeia**

## ***Índice***

Apresentação

Parte 1: Enquadramento

1.1. Ponto de Partida

1.2. Principais questões (argumentos)

1.3. O Processo de Convergência/Divergência nas Regiões da Península Ibérica

Parte 2: Contributo da Política de Coesão e das Orientações da Estratégia de Lisboa para o Processo de Convergência

2.1. Convergência e Política de Coesão – Fundos Estruturais

2.2. Convergência e Competitividade

2.3. Considerações acerca dos percursos de convergência das regiões ibéricas

Parte 3: O Próximo Período de Programação: Reflexões a propósito do próximo período de programação?

## **Apresentação**

A presente comunicação consiste basicamente na apresentação dos primeiros resultados de um dos eixos de investigação de um projecto mais amplo, subordinado ao título “*A integração dos mercados ibéricos: um processo dependente e territorialmente diferenciado?*” sediado no Centro de Estudos Geográficos de Lisboa, sob a coordenação de Iva Pires e apoiado pela Fundação Ciência e Tecnologia (POCTI/GEO/48477/2002). O projecto reúne investigadores e consultores de várias Universidades de Espanha e Portugal. Integradas na equipa, propusemo-nos trazer a este Colóquio Ibérico de Évora um conjunto de reflexões em torno dos processos de convergência e coesão que se têm desenvolvido em Espanha e Portugal, desde a adesão à União Europeia e, em particular, nos últimos anos.

Ao fim de quase 20 anos de aplicação da Política Regional Europeia nos dois países, é legítimo levantar todas as questões e alargar a discussão, em torno dos resultados, exercício particularmente oportuno num momento em que se preparam novas formas de intervenção para o futuro.

Neste âmbito, a comunicação divide-se em três partes:

A primeira parte é essencialmente de enquadramento. Começaremos por um enquadramento teórico, que designámos por Ponto de Partida, no qual procurámos reunir, da forma mais ampla possível, os diferentes contributos que têm vindo a ser lançados no âmbito da avaliação da Política Regional Europeia, aí se incluindo entre diversos estudos, o chamado “Relatório Sapir” (Sapir:2003), os documentos relativos à Estratégia de Lisboa (CE:2000) e o Terceiro Relatório de Coesão da Comissão Europeia (EC:2004<sup>a</sup>). A partir desse quadro de referência, identificámos os nossos objectivos e os argumentos, que procuraremos sustentar com os primeiros ensaios empíricos. Completando este enquadramento inicial, apresentaremos uma caracterização dos processos de convergência/divergência e coesão das regiões da Península Ibérica.

A segunda parte da comunicação inclui uma avaliação sobre o contributo da política de coesão em geral e das orientações da Estratégia de Lisboa em particular, para o processo de convergência, no sentido de ir ao encontro dos principais argumentos apresentados inicialmente.

Finalmente, a terceira parte da comunicação procura ser mais prospectiva, lançando algumas pistas sobre as implicações das orientações da UE para o próximo período de programação, a partir das conclusões conseguidas na ponto anterior.

As conclusões da comunicação são naturalmente limitadas não só porque o projecto se encontra na fase de arranque mas, sobretudo porque existem ainda grandes interrogações sobre a configuração da nova Política Regional da União Europeia decorrentes sobretudo de algumas fragilidades nos estudos de avaliação do passado.

Quer Espanha quer Portugal, registaram desde a adesão à União Europeia um grande crescimento económico e uma convergência do PIB per capita com a média europeia. Operaram-se significativas reestruturações nas bases económicas, as infraestruturas melhoraram, mudanças que foram acompanhadas por um aumento do investimento público. Contudo, as assimetrias regionais permaneceram, apesar da mudança de posições relativas, ou seja, aumentou o *gap* entre as regiões e, em muitos casos, no interior delas, a situação agudizou-se.

Em relação ao futuro, e qualquer que seja o figurino da nova Política Regional europeia, a persistência dos desequilíbrios regionais constitui um factor que o modelo de crescimento e de desenvolvimento regional tem de ter em conta. Por outro lado, no balanço sobre a real incidência dos Fundos Estruturais nos processos de convergência/divergência regional no passado, ganha também cada vez mais visibilidade a importância do capital humano. De uma política de infraestruturas, deveremos passar para uma política de serviços, com o reforço do capital humano, em relação ao capital físico, privilegiado no passado.

A expressão de Aurélio Garcia Gonzalez, *“de uma economia de lamento, precisamos de passar para uma economia de empreendimento!”*<sup>1</sup>, traduz esse sentimento.

No 3º Relatório da Coesão são apontados 4 grandes desafios a ter em linha de conta na definição dos objectivos da futura política da UE: reforçar a coesão, enfrentar a globalização e a reestruturação económica e mudança tecnológica, reforçar a “qualidade” da produção e do desenvolvimento e estabelecer novas formas de parceria para uma governância mais eficiente. A preparação do novo período de programação coloca-se de maneira diferente a Portugal e a Espanha, em grande medida por causa do modelo de desenvolvimento económico assumido e apoiado no passado. Para além das diferenças na dimensão dos países, populações, base económica, etc, foram seguidas estratégias de aplicação da política regional europeia também diferentes, nomeadamente na distribuição dos Fundos Estruturais por domínios ou, mais recentemente, na maneira como se procuram atingir as metas da Estratégia de Lisboa.

---

<sup>1</sup> Desabafo de Aureliano Garcia Gonzalez, representante do Governo da Galiza para o Planeamento e Fundos Comunitários em International Conference on the Role of Government in Regional Economic Development, Baiona, Galicia, Spain, September 2005. REDE: Research on Economics, Energy and the Environment. University of Vigo.

## Parte 1: Enquadramento

### 1.1. Ponto de Partida

A partir do momento em que se iniciaram a maior parte das avaliações intercalares dos programas comunitários do actual período de programação -2000 a 2006 – e começaram também os trabalhos de preparação do próximo período de intervenção, momento que coincidiu com o processo de alargamento a Leste, instalou-se de forma generalizada, um clima de crítica à Política Regional da União Europeia.

Duas realidades conduziram a este facto: por um lado o crescimento económico da União não atingiu os níveis desejados (e necessários) e a degradação da economia europeia colocou fortes estrangulamentos à Política Regional, por natureza, distributiva e de equilíbrio e equidade. Por outro lado, ainda que se esperasse antecipadamente um acentuar nos desequilíbrios regionais, com o alargamento, a persistência dos mesmos entre as regiões da Europa dos 15, levaram a que cada vez mais a Política Regional da União fosse posta em causa.

*“Os Fundos Estruturais têm de se explicar!”* exigia Ron Martin em Angers, em 2004 (Martin, Tyler: 2004), perante a evidência de uma convergência regional muito lenta e disparidades persistentes no PIB per capita na Europa dos 15, ao nível subnacional. Com efeito, a partir do início dos anos 90, verificou-se um abrandamento no processo de convergência e o desempenho das regiões mais pobres, mesmo que significativo ao nível da criação e reestruturação do emprego, não foi suficiente para atingir os níveis de desenvolvimento das regiões mais ricas, tendo-se acentuado o *gap* entre elas.

Quase 20 anos depois da reforma dos Fundos Estruturais e no quadro da nova Política Regional desenvolvida a partir daí, é pois legítimo perguntarmo-nos porque persistem de forma tão profunda, os desequilíbrios entre as regiões ricas e as regiões pobres da União, ainda que se tenha verificado uma convergência ao nível dos Estados. Tomando especificamente o caso das Regiões Objectivo 1, é possível encontrar evidência empírica para afirmar que na maior parte dos casos, as regiões assistidas não têm tido capacidade para crescer para além dos patamares da assistência (Rodriguez-Pose:2004.p.99), que não se registou convergência desde a aplicação da reforma dos Fundos Estruturais, ainda que seja possível identificar a emergência de “clubes de convergência”, associados a uma polarização crescente do

território europeu e que foi precisamente a partir da implementação do Mercado Único em 1993 que o processo de divergência se acentuou (idem.p.102).

André Sapir (2003), partindo dos três pilares da coesão europeia – crescimento, estabilidade e coesão - foi categórico ao afirmar, que a EU tem de dar prioridade ao crescimento económico, no futuro, reconhecendo que no passado, o sucesso da construção europeia foi essencialmente institucional, podendo mesmo falar-se de um fracasso ao nível económico. A EU tem de crescer e não pode dar prioridade à coesão e estabilidade, segundo Sapir, se quer tornar-se competitiva face aos Estados Unidos e converter-se na economia mais dinâmica do Mundo, conforme ficou estabelecido na Agenda de Lisboa.

Ainda que o tom generalizado das críticas à Política Regional europeia tenha fundamento, é importante também questionarmo-nos sobre quais teriam sido os custos de não a levar a cabo. Nesse sentido, também a maior parte dos estudos de avaliação têm tido alguma prudência e é hoje pelo menos consensual que, se os Fundos Estruturais não contribuíram para a convergência, terão, pelo menos, evitado (ou travado) uma maior divergência.

A persistência das disparidades regionais tem sido associada a um conjunto de factores específicos, o primeiro dos quais se prende com as diferenças na produtividade. Para além da produtividade, é possível decompor o Produto Interno Bruto noutros elementos directamente relacionados com a estrutura da mão-de-obra: emprego, desemprego de jovens e população potencialmente activa (Fothergill:2005). Como “drivers” da produtividade por seu turno, foram identificados, no caso do Reino Unido, os seguintes: as qualificações e competências da mão-de-obra, o investimento, a inovação, as empresas e a concorrência (H.M. Treasury: 2001,2003a,2003b,2004).

Na aplicação dos Fundos Comunitários tem sido dada particular atenção, quando não exclusiva, ao investimento público e têm-se antecipado grandes expectativas quanto aos seus impactes. Ora, é verdade que o investimento público provoca um crescimento na produtividade do capital privado. Tem-se constatado isso ao nível dos Estados, e ao nível das regiões, embora aqui menos intensamente, nomeadamente em Espanha (Mas e outros:1996).

Não existe porém um modelo que permita otimizar o nível ideal de capital público. No passado, os governos concentraram a sua atenção nos investimentos em capital físico, quer na construção de infraestruturas e equipamentos públicos, quer no apoio a empresas privadas ou na criação de parques empresariais e outras facilidades ao capital privado. Segundo Ródriguez-Pose e Fratesi demonstraram para as regiões

Objectivo 1 de Grécia, Itália, Portugal e Espanha (2004) o único domínio onde foi possível identificar uma influência positiva a médio prazo, dos Fundos Estruturais, foi na educação e desenvolvimento do capital humano.

O investimento em infraestruturas ou outro tipo de projectos com predomínio de capital físico, pode não ter os resultados que se desejam por várias razões. Em áreas periféricas, vulneráveis, com uma base económica frágil e sem uma estrutura empresarial dinâmica, não é suficiente aumentar a acessibilidade. As autoestradas, caminhos de ferro, redes de telecomunicações, etc. *“correm em duas direcções”* (Rodriguez-Pose; Fratesi:2004) e podem apenas levar a uma maior abertura dessas regiões periféricas, à concorrência de empresas mais fortes e tecnologicamente mais avançadas das regiões centrais. Uma das explicações para um maior crescimento e convergência com os níveis médios europeus por parte das regiões de Madrid e Lisboa, reside aí. É precisamente a polarização do crescimento que põe em evidência essas fragilidades das políticas de infraestruturas.

Matilde Mas e outros (2003) desenvolveram um profundo estudo para Espanha, na Fundación BBVA, com séries longas, desde os anos 60, até à actualidade, muito desagregadas ao nível espacial, procurando avaliar de que forma o investimento público provoca um crescimento na produtividade do capital privado, tendo chegado à conclusão de que os resultados dependem de facto do nível de desenvolvimento das regiões. O produto marginal do capital privado é inferior ao do público o que significa que está *“sub-fornecido”* em relação às disponibilidades do capital privado, em termos gerais. Isso mantém-se para as regiões mais ricas e inverte-se para as regiões mais pobres, onde automaticamente está *“sobre-fornecido”* em relação ao capital privado.

Ao nível local fazem sentir-se hoje em dia outras dificuldades não menos graves, nomeadamente em Portugal. As dificuldades financeiras de muitos municípios não permitem assegurar a manutenção das infraestruturas já construídas no passado recente com apoios comunitários, tudo indicando que algumas delas venham a ser abandonadas.

Em síntese, poderíamos dizer que não houve uma política de mobilidade, houve apenas uma política de acessibilidade física que induziu processos de concentração opostos à convergência que se desejava. Mesmo a nível da União Europeia em geral, a mobilidade da população foi-se reduzindo de tal forma que cada vez se torna mais visível o carácter *“excessivo”* e sobredimensionado da política de infraestruturas.

Não podemos deixar de referir, finalmente, que um dos domínios onde é possível identificar efeitos imediatos do investimento público, no crescimento económico, nas

regiões Objectivo 1, é nos apoios na agricultura e reestruturação rural, ainda que por vezes eles não tenham apresentado a sustentabilidade que se esperava e desejava.

Os novos instrumentos da política de coesão para o próximo período de programação 2007/2013, prevêem uma gestão partilhada entre a União, os Estados Membros e as Regiões (EC: 2005, Fothergill:2005). Qualquer que seja o figurino para desenvolver esta gestão partilhada, será sempre um processo que permitirá às Regiões onde não existe uma devolução de competências políticas efectivas (regionalização), conseguirem algum poder e liberdade de intervenção.

## **1.2. Principais questões (argumentos)**

Do que antes se expôs e tendo em conta para além da evidência empírica, as muitas incertezas que ainda persistem, no que diz respeito à avaliação da Política Regional no passado e à aplicação dos Fundos Estruturais e seus resultados ao nível da convergência e da atenuação dos desequilíbrios regionais, avançamos com algumas hipóteses.

O processo de integração europeia pode estar a favorecer a concentração da actividade económica nas áreas centrais da Europa, ao potenciar economias de aglomeração no centro e ao criar condições para o aparecimento de pólos de concentração por exemplo de actividades de grande valor acrescentado, num conjunto restrito de regiões. Paralelamente as regiões periféricas, cada vez se periferizam mais, sendo atractivas para actividades de menor valor acrescentado, muitas vezes, actividades “em trânsito” em processos de deslocalização crónica.

Nesse contexto, e olhando especificamente para a Península Ibérica, podemos afirmar que:

- As disparidades regionais tendem a persistir e os objectivos de convergência têm de ser definidos num processo de compromisso, explorando as virtualidades da concentração do investimento nalguns programas e regiões.
- A eficiência da Política Regional pressupõe uma transformação da política de infraestruturas do passado, para uma política de serviços, no futuro!
- O investimento público no futuro deverá ter em conta não só o capital físico mas também o capital humano (educação, formação profissional, empreendedorismo,...)



*“I argue for a co-equal emphasis on occupational analysis and targeting, bringing “stereo vision” to regional economic development”* (Markusen:2005)

- É necessário definir estratégias mais inovadoras e adaptadas às regiões.
- Os governos têm um papel a desempenhar e é preciso encontrar novas formas de governança partilhada, com ou sem devolução de poderes institucionalizados.

### **1.3.O Processo de Convergência/Divergência nas Regiões da Península Ibérica**

Ao nível dos Estados, quer Espanha quer Portugal registaram, desde a sua adesão à União Europeia e ao longo do que foi a aplicação dos Fundos Estruturais, um grande “*upgrade*” de desenvolvimento - as infraestruturas melhoraram, modernizaram-se os respectivos tecidos produtivos – embora as grandes assimetrias regionais tenham persistido.

Ainda que haja hoje de forma generalizada a convicção, nas populações e nos próprios governantes, de algum desperdício, as maiores críticas vão no entanto para as grandes opções e para a política de investimentos maciços em infraestruturas: “*a política do betão*”. A verdade é que as carências ao nível das infraestruturas básicas ainda subsistem e é necessário continuar a colmatar lacunas no futuro, o que deverá ser feito é de forma mais planeada e integrada.

Ao longo de todo o período, desde a adesão, é possível identificar, ciclos e variações significativas. Nos primeiros anos, registou-se uma convergência muito significativa e ritmos de crescimento económico acima da média europeia, quer em Espanha, quer em Portugal. Até ao final dos anos 80, houve efectivamente crescimento e convergência. Paradoxalmente foi a partir da reforma dos Fundos, de 1989, que a situação se alterou. Coincidindo praticamente com a introdução do Mercado Único, em 1993, o primeiro período de programação, após a Reforma dos Fundos, não veio conduzir à convergência que se esperava. Mas, as avaliações ex-post de 1994 também não identificaram os grandes estrangulamentos que se colocavam à efectiva convergência. Com efeito, as carências ao nível das infraestruturas básicas, quer públicas, quer de apoio à actividade privada, eram tão graves e generalizadas por todo o território que, mais do que vista como “*errada*” a Política Regional, desses tempos, foi encarada como “*insuficiente*”, ainda que o apoio comunitário atingisse níveis elevadíssimos nalgumas regiões mais carenciadas.

Para os dois países ibéricos, globalmente a evolução entre a data de adesão às Comunidades e a actualidade, foi a seguinte, avaliada através do PIB (por Paridade do Poder de Compra – PPC – índice EU=100):

**Quadro 1 - PIB (PPC índice EU=100)**

	1988	1998	2004
EU 15	100	100	
EU 25			100
<b>Espanha</b>	74,00	81.10	98,1
<b>Portugal</b>	58.90	75.30	72,5

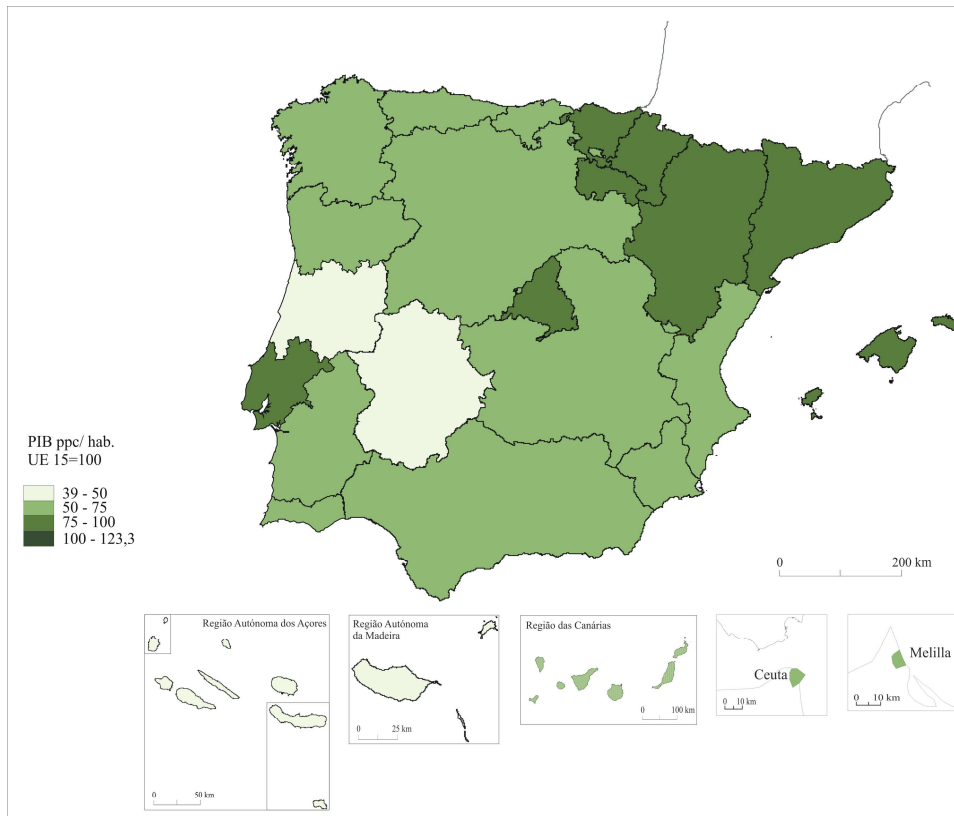
Fonte: CE Segundo Relatório sobre Coesão e INE

O desempenho global foi, desta forma, melhor por parte de Espanha do que de Portugal. Ao nível das regiões Nut II há grandes contrastes a considerar (Quadro 2 e Fig. 1 a 4). Em 1988, nenhuma das regiões atingia a média da União Europeia. Os valores mais elevados registavam-se nas Baleares (95.5) e em Navarra e Madrid em torno dos 91. Lisboa e Vale do Tejo era a região portuguesa com o valor mais elevado (76.3). Os valores mais baixos registavam-se, por seu turno na Madeira (39.9) e nos Açores (40.8). A Extremadura era a região de Espanha com o valor mais baixo do país (49.8).

Dez anos depois, em 1998, 3 regiões tinham atingido o valor médio europeu, todas elas em Espanha: Catalunha (100.4), Madrid (110.2) e Navarra (106.2). Baleares e País Vasco estavam praticamente nos 100 com respectivamente 99.5 e 99.1. Lisboa e Vale do Tejo, com 94.9 tinha o melhor valor em Portugal. Como valores mais baixos mantinha-se a Extremadura (50.2) e os Açores (52). Apesar das melhorias generalizadas em todas as regiões, as assimetrias regionais tinham-se agudizado. De um desvio padrão de 13.63 em Espanha e 12.94 em Portugal, no ano de 1988, a situação evoluiu para respectivamente 17.57 em Espanha e 13.96 em Portugal, em 1998.

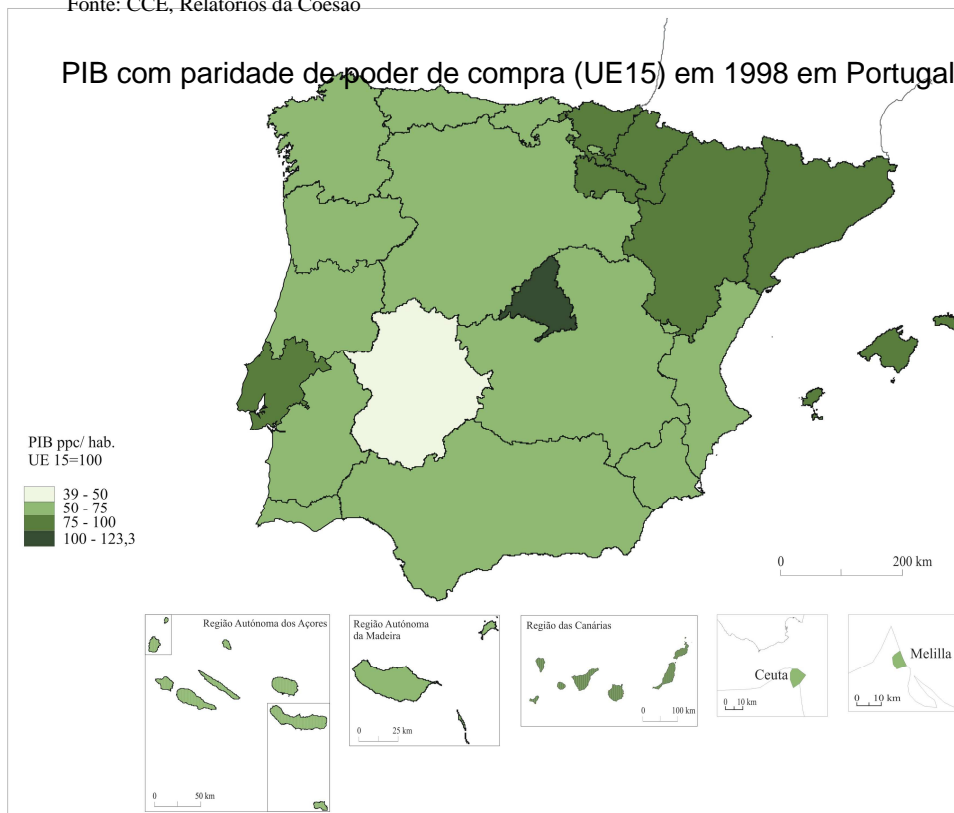
No ano de 2002, considerando agora a base da EU 25=100, 7 regiões apresentavam valores superiores à média europeia, em relação ao mesmo indicador: Madrid (124.7), Navarra (117.1), Baleares (116.0), País Vasco (115.2), Cataluña (110.9), La Rioja (105.8), em Espanha e Lisboa (112) em Portugal. Mais uma vez se acentuaram porém as assimetrias regionais, registando-se um desvio padrão para as regiões espanholas, de 18.43 e de 18.94 para as regiões de Portugal.

**PIB com paridade de poder de compra (UE15) em 1988 em Portugal e Espanha**



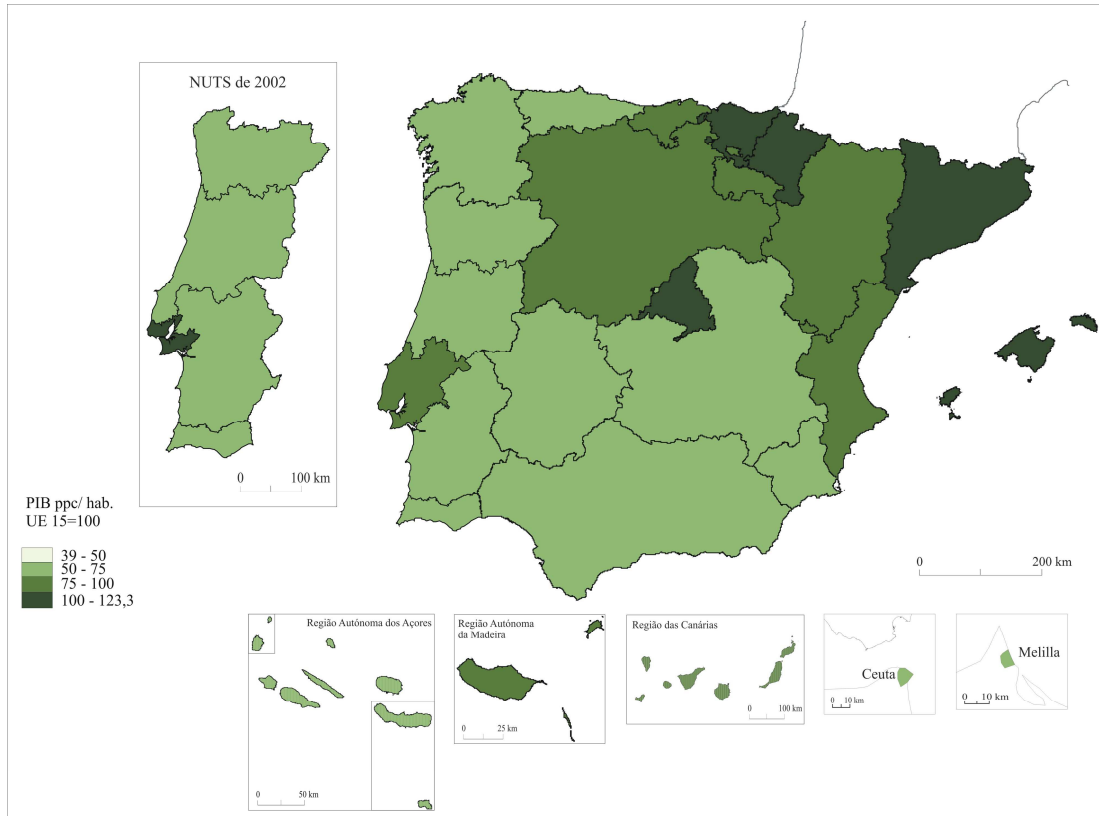
Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

**PIB com paridade de poder de compra (UE15) em 1998 em Portugal e Espanha**



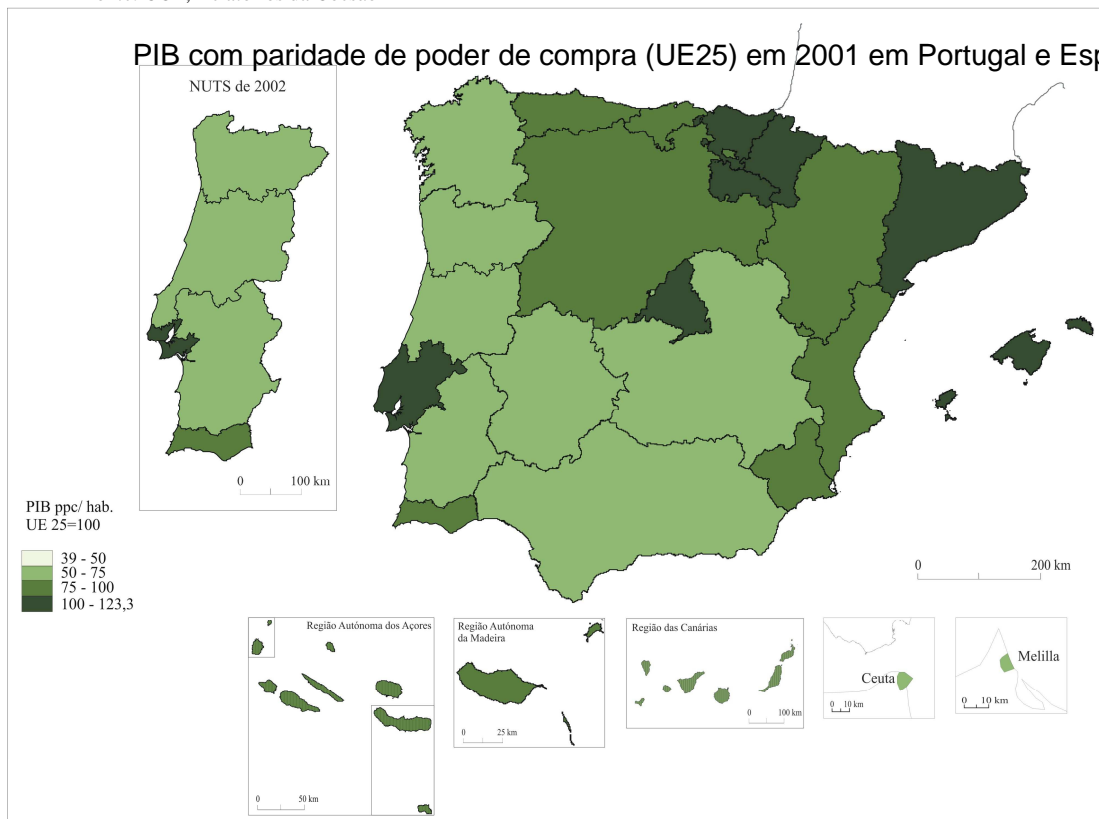
Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

**PIB com paridade de poder de compra (UE15) em 2001 em Portugal e Espanha**



Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

**PIB com paridade de poder de compra (UE25) em 2001 em Portugal e Espanha**



Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

Portugal manteve em 2003 um desvio padrão de 18.70, tendo-se registado algumas alterações entre a posição relativa das regiões. O Norte tem agora o valor mais baixo, com 59% da média da EU 25.

**Quadro 2 - PIB per capita (Paridade do Poder de Compra - PPC)**

	Índice UE15=100			Índice EU 25= 100				
	1988	1998	2001	2000	2001	2002	2000 a 2002	2003
ANDALUCÍA	55,9	57,9	63,1	68,1	69,2	71,1	69,3	
ARAGÓN	83,1	88,1	90,5	97,4	99,3	101,7	99,0	
ASTURIAS (PRINCIPADO DE)	71,9	72,4	72,4	78,4	79,4	80,7	79,3	
BALEARIS (ILLES)	95,5	99,5	105,4	115,9	115,7	117,1	116,0	
CANARIAS	74,9	77,1	79,1	87,2	86,8	89,0	87,8	
CANTABRIA	73,8	76,3	82,7	87,7	90,7	91,9	89,7	
CASTILLA Y LEÓN	68,1	74,2	78	84,4	85,6	87,8	85,8	
CASTILLA-LA MANCHA	61,1	67	67,1	73,9	73,7	76,0	74,7	
CATALUÑA	89,2	100,4	100,7	110,2	110,5	112,3	110,9	
COMUNIDAD VALENCIANA	73,8	77,2	81,1	87,8	89,0	90,7	89,0	
EXTREMADURA	49,8	50,2	53,5	59,3	58,7	61,6	59,9	
GALICIA	57,9	64,2	66,5	72,8	73,0	74,7	73,4	
MADRID (COMUNIDAD DE)	91,0	110,2	112,4	122,9	123,3	126,7	124,7	
MURCIA (REGIÓN DE)	67,9	67,2	71,2	78,2	78,2	81,1	79,4	
NAVARRA (C. FORAL DE)	91,4	106,2	106,2	115,6	116,5	119,6	117,1	
PAÍS VASCO	88,7	99,1	105,1	113,9	115,4	117,1	115,2	
RIOJA (LA)	83,7	93,2	69,9	105,4	106,3	106,7	105,8	
CEUTA Y MELILLA	65,5	67	66	78,2	74,7	81,8	79,7	
CEUTA				78,3	79,1	81,6	79,6	
MELILLA				78,0	79,1	82,0	79,7	
ESPAÑA	74,6	80,41	84,2	91,7	92,4	94,6	92,9	
Desvio padrão	13,63	17,57	17,62	18,35	18,65	18,43	18,38	

AÇORES	40,8	52	55,8	60	61,2	63		62
ALENTEJO	57,9	66,8	56,9	65	62,5	66		66
ALENTEJO			60,7		59,8			
ALGARVE	61,4	76,1	72,4	78	79,4	81		79
CENTRO	46,3	65	56,9	63	62,5	63		61
CENTRO			57,9		63,5			
LISBOA			105,1	113	115,4	112		109
LISBOA E VALE DO TEJO	76,3	94,9	94,7		103,9			
MADEIRA	39,9	57,5	78,4	87	86	89		90
NORTE	51,4	66	56,9	63	62,5	61		59
PORTUGAL	55,87	72,80	70,9	77	77,60	77,00		75
Desvio padrão	12,94	13,96	16,54	19,18	18,84	18,94		18,70

Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

O processo de convergência ao nível dos países e de aproximação com a média europeia, no que diz respeito ao PIB per capita, assumiu, desta forma, um carácter territorialmente desigual. Registou-se uma concentração do crescimento. As regiões

“mais ricas” foram as que tiveram um melhor desempenho e cresceram de forma mais dinâmica.

Este processo vem reforçar as conclusões de outras análises empíricas que de uma forma geral têm demonstrado que o stock de capital público provoca aumentos da produtividade de forma mais intensa nas regiões mais ricas, sobretudo porque os investimentos públicos em capital físico, infraestruturas diversas e equipamentos, têm uma maior capacidade de induzir aumentos no stock de capital privado. Resumindo, ainda que se tenha registado uma melhoria generalizada dos dois países e uma convergência com as médias europeias, as assimetrias regionais internas mostram que o crescimento económico se processou de forma territorialmente concentrada.

## **Parte 2: Contributo da Política de Coesão e das Orientações da Estratégia de Lisboa para o Processo de Convergência**

### **2.1. Convergência e Política de Coesão – Fundos estruturais**

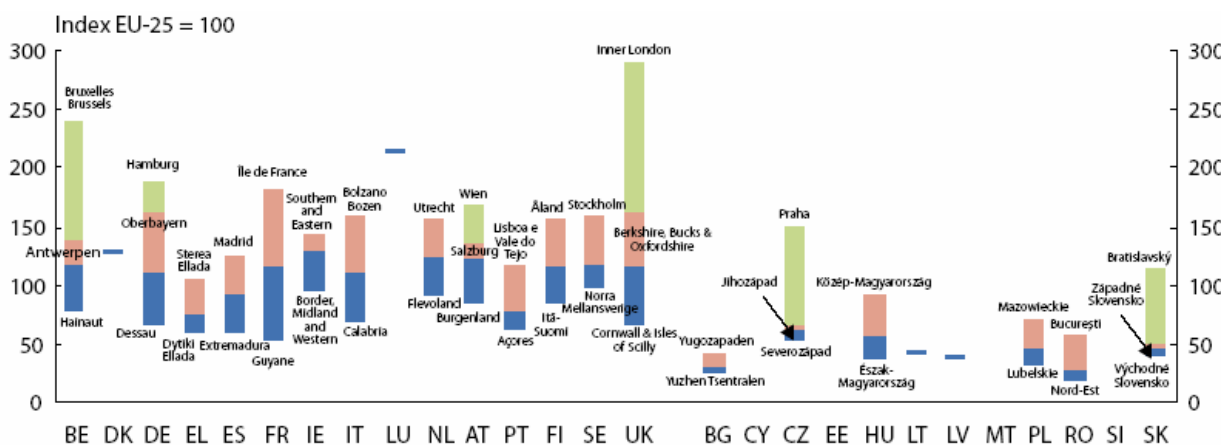
Falar de convergência das regiões europeias, tem implícito falar de política de coesão e, conseqüentemente, de Fundos Estruturais. Assim, uma das questões mais relevantes para a compreensão dos processos de *catching-up* regional corresponde exactamente à avaliação da importância dos Fundos Estruturais para o processo de convergência europeia. Estudos desenvolvidos pela União Europeia e apresentados nos vários relatórios da Coesão, demonstram a importância dos Fundos Estruturais, desde 1994 até à actualidade, para o desenvolvimento de uma política de coesão. Vários autores, contudo, têm contestado esta perspectiva, afirmando e demonstrando que os Fundos Estruturais tiveram um contributo menor para as dinâmicas de crescimento económico e de convergência das várias economias regionais europeias. Efectivamente, a leitura pode sempre ser feita de duas formas que têm implícitas duas escalas de análise:

- avaliar o processo de convergência dos vários países para a média europeia;
- avaliar o processo de divergência das várias regiões de cada país, decorrente do facto de haver regiões que crescem a ritmos superiores a outras.

Este facto explica a dupla interpretação convergência-divergência, sendo de realçar que paralelamente a um processo de convergência de cada país para a média europeia, verifica-se a existência de elevadas disparidades dentro de cada um dos

países, traduzindo um processo de divergência entre as regiões. Considerando os valores do PIB per capita em ppc para os 25 países da UE em 2002, verificamos que, quer Portugal, quer a Espanha, apresentam relativamente a outros países, um menor grau de disparidades intra-regionais, evidenciando a importância dos investimentos, enquadrados pelos Fundos Estruturais, realizados nestes países nas últimas décadas.

**PIB per capita (ppc), 2002 – Extremos regionais**



Fonte: EU, 2004c, pp.7

Outro aspecto a ter em conta na análise dos processos de convergência/divergência e do perfil dos vários países, corresponde a uma avaliação da relação entre os Fundos Estruturais e a Agenda de Lisboa, que têm como objectivos comuns, o crescimento económico e o emprego. As dificuldades de manutenção dos ritmos de crescimento económico manifestadas pela Europa desde a segunda metade da década de 90, exigiram uma resposta da UE, que em Março de 2000, reunida em Lisboa, definiu a “Estratégia de Lisboa”. A referida estratégia, estipulou um conjunto de reformas económicas e sociais que permitissem vir a transformar a Europa na economia do conhecimento mais competitiva do mundo. Esta agenda foi complementada no Conselho de Nice, em 2000, onde foram definidos os objectivos de combate à exclusão e à pobreza. O triângulo de orientações fechou-se, em 2001, em Gotemburgo, quando foram definidos objectivos complementares aos de Lisboa e Nice – a protecção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, nos últimos anos, têm-se procurado identificar de que forma é que as orientações directamente relacionadas com a Estratégia de Lisboa foram incorporadas na política de coesão, contribuindo assim para o crescimento económico e emprego nas várias regiões da Europa. Ou seja, de que forma é que os investimentos contribuíram para alcançar as orientações da Estratégia de Lisboa, quer no que diz

respeito à inovação e conhecimento, quer no que diz respeito às reformas do capital humano.

Um estudo da Comissão Europeia (2005<sup>a</sup>) apresentado recentemente, permite verificar que o nível de concertação entre estes é maior nas regiões mais prósperas, uma vez que a tipologia de investimentos efectuados privilegia o investimento em capital humano e investigação e desenvolvimento, em detrimento do investimento em infraestruturas físicas de base, domínio que persiste como importante em muitas das regiões menos prósperas da UE, onde se incluem Portugal e Espanha.

**Quadro 3 - Adequação entre Fundos Estruturais e Estratégia de Lisboa (%)**

	Tipo de região	% dos Fundos Comunitários que contribui para a Estratégia de Lisboa
<b>Países</b>		
Portugal	Objectivo 1	21
Grécia	Objectivo 1	39
Irlanda	Objectivo 1	42
<b>Regiões</b>		
Aústria – Lower Austria	Objectivo 2	n/a
Grécia – Attica	Objectivo 1	18
Itália – Campania	Objectivo 1	26
Portugal – Norte	Objectivo 1	28
Espanha – Estremadura	Objectivo 1	32
Alemanha – Neue Bundesländer	Objectivo 1	56
Alemanha – Sachsen Anhalt	Objectivo 1	67
Reino Unido – Western Scotland	Objectivo 2	68
Suécia – Norra Norrland	Objectivo 1	78
Dinamarca – Bornholm	Objectivo 2	80
França – Aquitaine	Objectivo 2	83
Finlândia – Satakunta	Objectivo 2	85

Fonte: EC, 2005a - Thematic Evaluation of the Structural Funds' Contributions to the Lisbon Strategy. Synthesis Report

Podem-se constatar essas diferenças quando verificamos que nos exemplos referentes à Alemanha, Suécia, Finlândia ou França, a percentagem de Fundos Estruturais investidos com vista à pressecução da Agenda de Lisboa é francamente elevada (mais de 50%, chegando a atingir os 85% em Satakunta), ao contrário da Grécia ou de Portugal, onde os valores rondam 39% e 21% respectivamente.

Esse aspecto é igualmente evidenciado na tabela seguinte, onde a título de exemplo, as regiões do Norte em Portugal e da Estremadura em Espanha, sendo as que registam PIB per capita mais baixos, são também aquelas onde os investimentos suportados pelos Fundos Estruturais contribuíram menos para a pressecução dos objectivos de Estratégia de Lisboa. Estas foram regiões onde os investimentos em infraestruturas de transporte, rede viária e saneamento foram mais importantes relativamente ao investimento efectuado em domínios como a investigação e desenvolvimento ou a formação/qualificação.



**Quadro 4 - Adequação entre Fundos Estruturais e Estratégia de Lisboa (%) e contributos para a Convergência – exemplos de algumas regiões**

Regiões	Adequação entre Fundos Estruturais e Estratégia de Lisboa (%)	PIB per capita (PPS 2001, EU15 = 100)
Espanha - Estremadura	32	54
Portugal – Norte	38	57
Itália - Campania	26	65
Alemanha- Sachsen Anhalt	67	66
Grécia - Attica	18	71
Dinamarca - Bornholm	80	82
Aústria - Niederösterreich	n/a	92
Suécia - Norra Norrland	78	93
Reino Unido - Western Scotland	68	94
France – Aquitaine	83	95
Finland – Satakunta	85	98

Fonte: EC, 2005a - Thematic Evaluation of the Structural Funds' Contributions to the Lisbon Strategy. Synthesis Report

## 2.2. Convergência e Competitividade

Outra questão chave na evolução do processo de convergência das regiões é qual a sua relação com a competitividade regional.

Num estudo apresentado recentemente pela Universidade de Cambridge (s/ data) sobre os factores de competitividade regional, podemos verificar alguns aspectos interessantes sobre a importância da competitividade para o processo de crescimento do PIB e, desta forma, para o processo de convergência.

O referido estudo, procura identificar as várias componentes que contribuem para o crescimento do PIB e classifica-as em três grandes grupos: produtividade, emprego e taxa de dependência (esta última, traduz a importância da estrutura demográfica como recurso para o desenvolvimento económico e social de uma região). Considera-se assim que existe uma grande mudança no sistema produtivo (substituição de trabalho por capital) quando existe crescimento da produtividade e decréscimo do emprego.

Entre as 20 regiões da UE com taxas de crescimento médio anual do PIB per capita (1993-2001), encontram-se várias regiões que registaram uma evolução negativa no emprego e um crescimento positivo da produtividade, podendo citar-se, a título de exemplo, Salónica (3.89% de crescimento médio do PIB per capita – 1993-2001, sendo de 4.52% o ritmo de crescimento da produtividade e de -0,71%, o do emprego) e Praga (4.10% de crescimento médio do PIB per capita – 1993-2001, sendo de 3.93% o ritmo de crescimento da produtividade e de -1.26% o do emprego).

Noutros casos, o crescimento do emprego foi positivo mas o crescimento da produtividade foi francamente superior ao do emprego, atribuindo-se assim à

dimensão do capital maior importância que ao trabalho (caso de Auvergne, cujo crescimento médio do PIB per capita – 1993-2001, sendo de 2,2% o ritmo de crescimento da produtividade e de 0,44, o de crescimento do emprego). Estão nesta situação algumas regiões de Portugal e Espanha.

**Quadro 5: Regiões de Portugal e Espanha com melhor performance – Evolução 1993-2001**

País/Região com ritmos de crescimento do PIB per capita mais elevados		Tx. De crescimento médio anual 1993-2001		
		PIB/capita	Produtividade	Taxa Emprego
Portugal				
1	Lisboa e Vale do Tejo	3.30	2.12	1.05
2	Norte	2.61	1.63	0.57
3	Alentejo	2.19	1.17	1.02
4	Algarve	1.26	2.21	-0.88
Espanha				
1	Cantabria	3.48	1.36	1.91
2	Comunidade de Madrid	3.38	1.79	1.46
3	Pais Basco	3.28	1.39	1.84
4	Castilha e Léon	3.06	1.64	1.33
5	Comunidade Foral de Navarra	3.05	0.82	2.19

Fonte: elaborado a partir de EC (s/data) - A Study on the Factors of Regional Competitiveness.

No total da Península Ibérica, a Comunidade de Navarra destaca-se por ter uma posição muito positiva no processo de convergência. Vários factores contribuíram para esse desempenho excepcional. Para além do desenvolvimento da componente infraestrutural, Navarra atraiu investimento estrangeiro desenvolvendo-se como centro de produção exportador, fortemente gerador de emprego mas ao mesmo tempo capaz de subir na cadeia de valor. Por outro lado ainda, esta região situa-se numa das regiões mais dinâmicas de Espanha (EC, s/data). A questão da governância surge aqui como um outro factor explicativo, ao contrário das situações da Liguria em Itália ou em Oost-Vlaanderen na Bélgica, cujas dinâmicas positivas estão associadas à factores locais (caso de Liguria onde disponibilidade de mão-de-obra associada a um crescimento dos fluxos de imigrantes) ou à existência de uma capacidade empresarial que deu lugar à emergência de um novo cluster onde se misturam indústrias tradicionais e indústrias high-tech que assim lideraram um processo de start-up empresarial (caso de Oost-Vlaanderen).

### **2.3. Considerações acerca dos percursos de convergência das regiões ibéricas**

No caso português, destaca-se a região de Lisboa, com níveis de PIB per capita mais elevados, associados a uma maior capacidade de inovação, à presença de uma mão-de-obra mais instruída e qualificada (face à média do País). As restantes regiões, apresentam um performance com debilidades, nomeadamente se compreendermos que os baixos níveis de PIB per capita estão associados a modelos económicos

intensivos em trabalho (com elevadas taxas de emprego total, feminino e de pop. mais velha).

No caso de Espanha, as características são diferentes, havendo um conjunto de regiões onde o PIB per capita é superior à media europeia (EU25), tais como Catalunha, Madrid, Navarra, Baleares, Rioja e Baleares. Estas regiões são aquelas onde a percentagem de população com um grau de instrução superior é mais elevada, e são também as que registam níveis de desemprego mais baixos, nomeadamente Rioja e Navarra.

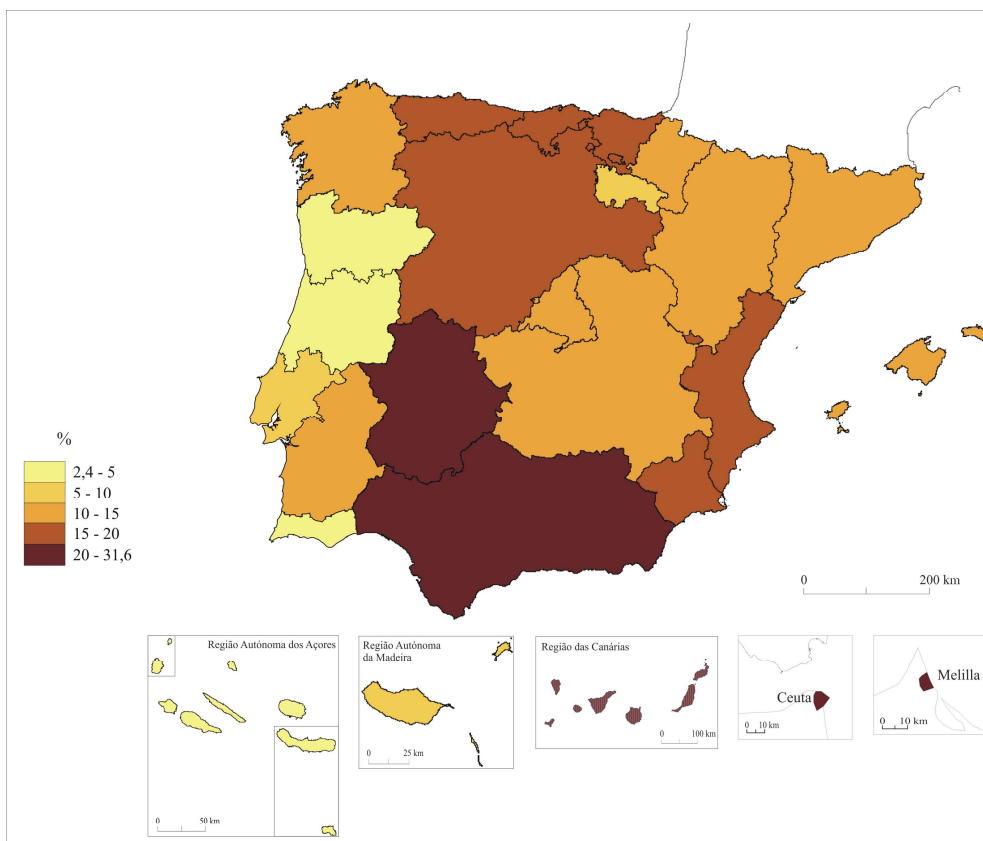
Observando os coeficientes de correlação obtidos na relação entre “Taxa de Desemprego e % de População com baixa escolaridade” e na relação entre “Taxa de Desemprego e % de População com alta escolaridade” verificamos que as regiões de Portugal e de Espanha estão em situações inversas: em Espanha existe uma relação entre maiores taxas de desemprego e baixa escolaridade (0.65) ao contrário de Portugal, onde a relação é fortemente negativa (-0,82). Naturalmente, esta informação é reforçada pela leitura dos coeficientes de correlação entre a “taxa de desemprego e a % de População com níveis de escolaridade elevados”. Aí, a relação é negativa em Espanha e fortemente positiva em Portugal.

**Quadro 6: Coeficientes de correlação**

Regiões	a) Tx. Desemprego 2002	c) Peso do desemprego de longa duração	a) Tx. Desemprego 2002	e) PIB per capita ppc	e) PIB per capita ppc	e) PIB per capita ppc	e) PIB per capita ppc
	b) Baixa Escolaridade	b) Baixa Escolaridade	d) Alta Escolaridade	d) Alta Escolaridade	b) Baixa Escolaridade	f) EPO aplicações patentes/milhão hab.,	g) Pop. > 65 anos
	Correlação entre a) e b)	Correlação entre c) e b)	Correlação entre a) e d)	Correlação entre e) e d)	Correlação entre e) e b)	Correlação entre e) e f)	Correlação entre e) e g)
Regiões de Portugal	-0,82	-0,47	0,78	0,42	-0,67	0,60	-0,18
Regiões de Espanha	0,65	-0,35	-0,45	0,75	-0,75	0,77	0,02

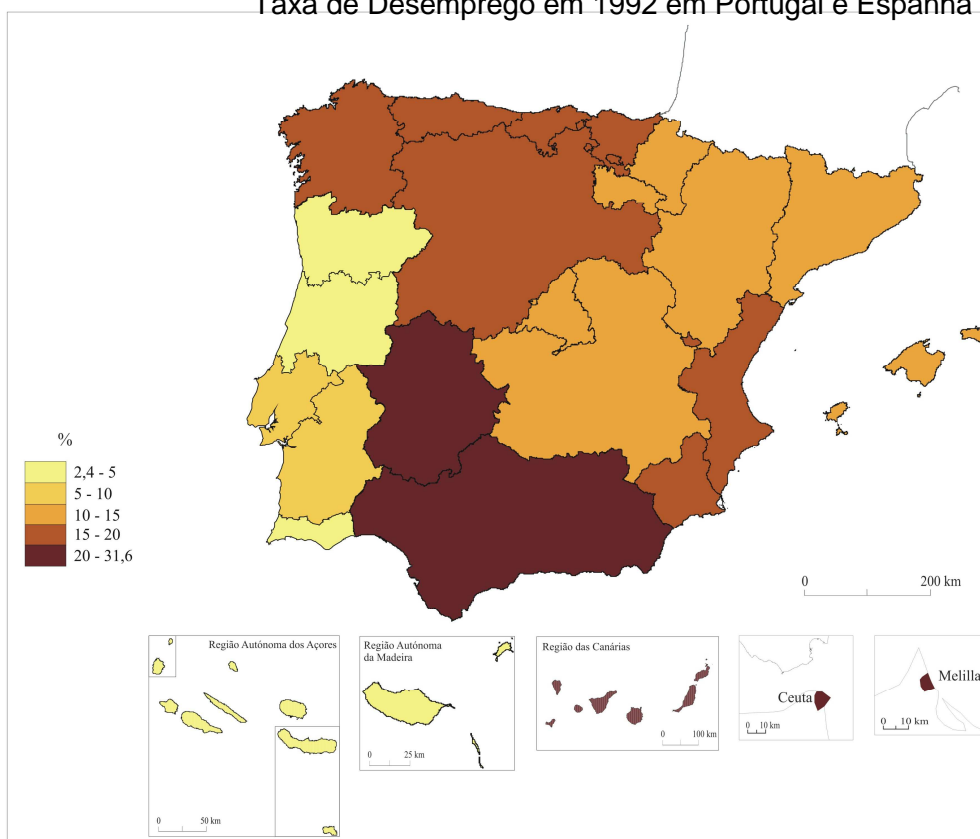
Fonte: elaborado a partir de CCE, Relatórios da Coesão

### Taxa de Desemprego em 1989 em Portugal e Espanha



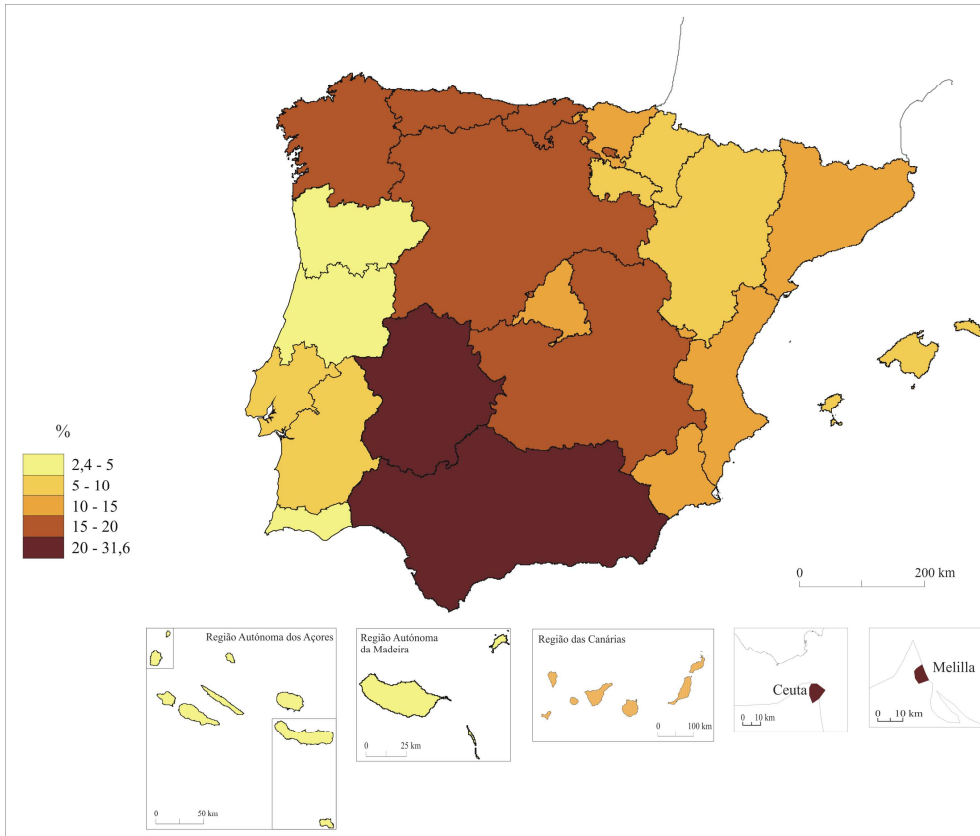
Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

### Taxa de Desemprego em 1992 em Portugal e Espanha



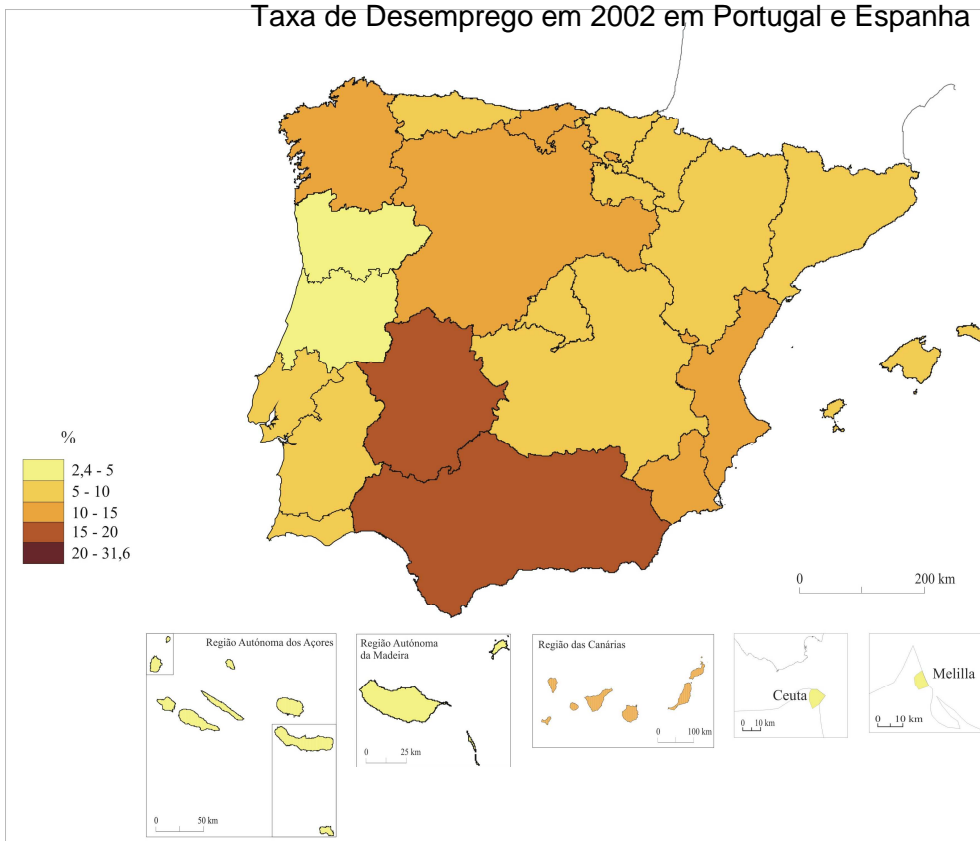
Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

### Taxa de Desemprego em 1999 em Portugal e Espanha



Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

### Taxa de Desemprego em 2002 em Portugal e Espanha



Fonte: CCE, Relatórios da Coesão

A matriz de correlações permite ainda evidenciar duas outras características. As regiões mais prósperas economicamente (ou seja com maior PIB per capita em ppp) são as que possuem populações com graus de instrução mais elevados. Por outro lado, existe uma relação importante entre o grau de riqueza e o registo/aplicação de patentes por cada milhão de habitantes (o Coeficiente de correlação para Espanha é de 0.77 e no caso de Portugal é de 0,60).

**Quadro 7 - Taxas de Emprego, desemprego e Patentes/Milhão Hab.**

País/Regiões		EPO aplicações patentes/milhão hab.,	Tx. Emprego	Tx. Desemprego	Taxa de Desemprego longa duração
		1999-2001	2002	2002	2002
EU15		153.6	64.2	7.8	40.2
EU25		128.6	62.8	9.0	44.3
EU27		120.5	62.4	9.1	45.4
Espanha	Total do País	24.1	58.4	11.4	34.2
	Galicia	5.0	57.1	12.2	40.5
	Principado de Asturias	9.3	51.5	9.8	46.9
	Cantabria	7.5	56.7	10.1	49.7
	Pais Vasco	35.4	61.1	9.4	41.2
	Comunidad Foral de Navarra	49.6	64.4	5.6	25.9
	La Rioja	10.5	61.3	6.9	37.4
	Aragón	30.8	62.0	5.5	26.0
	Comunidad de Madrid	39.8	62.8	7.1	39.7
	Castilla y León	9.9	57.4	10.4	37.2
	Castilla-la Mancha	6.0	57.6	9.4	30.8
	Extremadura	2.7	50.7	19.2	30.4
	Cataluña	57.5	64.7	9.6	37.1
	Comunidad Valenciana	27.0	60.8	10.3	24.9
	Illes Balears	15.6	65.8	7.3	16.7
	Andalucía	6.6	49.6	19.6	33.1
	Región de Murcia	11.7	57.8	11.3	27.1
Ceuta y Melilla	0.0	49.7	5.3	41.3	
Canarias	8.9	57.6	11.1	32.1	
Portugal	Total do País	4.7	68.2	5.1	34.5
	Continente	4.7	68.5	5.2	34.5
	Norte	4.3	67.8	4.9	37.0
	Centro	4.8	73.6	3.0	27.4
	Lisboa e Vale do Tejo	6.3	67.1	6.5	36.9
	Alentejo	1.2	65.2	6.6	21.0
	Algarve	3.1	68.6	5.3	28.2
	Açores	0.0	61.5	2.5	38.6
	Madeira	2.7	65.1	2.5	33.4

Fonte: EC, 2004a – A New Partnership for Cohesion. Convergence, competitiveness, cooperation. Third Report on Economic and Social Cohesion

**Quadro 8 - Estrutura etária e nível de Instrução da População nas regiões de Portugal e Espanha**

País/regiões		Estrutura etária, 2001 (%)			Nível de Instrução da pop. 25-64 anos, 2002 (%)		
		<15 anos	15-64anos	>65 anos	Baixo	Médio	Alto
EU15		16.8	66.9	16.3	35.4	42.9	21.8
EU25		17.1	67.2	15.7	32.6	46.7	20.6
EU27		17.1	67.3	15.6	32.4	47.5	20.1
Espanha	Total País	14.9	68.4	16.8	58.3	17.3	24.4
	Galicia	12.3	68.0	19.7	62.5	15.9	21.6
	Principado de Asturias	10.9	68.3	20.8	56.6	20.2	23.1
	Cantabria	12.7	68.8	18.6	56.1	19.0	24.9
	Pais Vasco	12.1	70.7	17.2	48.2	17.7	34.1
	Comunidad de Navarra	13.7	68.3	18.0	50.4	15.6	34.0
	La Rioja	13.3	67.4	19.3	58.3	15.7	26.0
	Aragón	12.8	65.9	21.4	56.4	17.8	25.8
	Comunidad de Madrid	14.6	70.1	15.4	45.9	20.1	34.0
	Castilla y León	12.4	66.0	21.6	56.9	18.2	24.8
	Castilla-la Mancha	16.1	64.7	19.2	66.9	15.2	18.0
	Extremadura	16.6	65.3	18.1	67.3	14.4	18.3
	Cataluña	13.9	68.6	17.5	56.6	18.4	25.0
	Comunidad Valenciana	15.1	68.9	16.1	63.7	15.9	20.4
	Illes Balears	16.4	68.3	15.3	59.6	21.8	18.7
	Andalucía	17.8	68.1	14.1	65.1	15.1	19.9
	Región de Murcia	18.0	67.8	14.3	61.8	16.0	22.2
Ceuta y Melilla	21.4	66.5	12.2	53.4	26.4	20.2	
Canarias	17.1	71.0	11.9	60.9	17.1	22.0	
Portugal	Total País	16.0	67.6	16.4	79.6	11.1	9.3
	Continente	15.8	67.7	16.5	79.3	11.2	9.5
	Norte	17.5	68.5	14.0	84.1	8.7	7.2
	Centro	14.9	65.5	19.6	82.6	8.7	8.8
	Lisboa e Vale do Tejo	14.9	68.8	16.3	72.8	14.8	12.4
	Alentejo	13.6	62.9	23.5	79.8	10.1	10.1
	Algarve	14.7	66.6	18.7	80.4	12.9	6.7
	Açores	21.9	65.8	12.4	86.3	8.9	4.9
	Madeira	19.4	67.2	13.4	85.9	9.3	4.8

Fonte: EC, 2004a – A New Partnership for Cohesion. Convergence, competitiveness, cooperation. Third Report on Economic and Social Cohesion

### **Parte 3: O Próximo Período de Programação - Reflexões a propósito do próximo período de programação?**

No 3º Relatório da Coesão são apontados 4 grandes desafios a ter em linha de conta na definição dos objectivos da futura política da UE.

O primeiro é a necessidade de reforçar a coesão da UE de 25 e brevemente, UE27. Efectivamente, as disparidades socio-económicas duplicaram e o PIB da UE decresceu cerca de 12,5% (EC, 2004, Conclusions).

O segundo desafio, prende-se com a necessidade da UE ter de enfrentar os desafios decorrentes da globalização e do processo de reestruturação económica e de mudança tecnológica, sendo fundamental reforçar as prioridades expressas nas agendas de Lisboa (crescimento económico e pleno emprego), de Nice (redução da pobreza e aumento da inclusão social) e de Gotemburgo (protecção do ambiente e desenvolvimento sustentável). A política da coesão tem aqui um papel fundamental, pois constitui um instrumento fundamental para a pressecução dos objectivos.

Estes factores são potencialmente condicionados por um terceiro factor correspondente às características do capital humano. É assim de referir a problemática do envelhecimento da estrutura etária da população europeia, que tem consequências numa restrição do número de activos, facto que é particularmente evidente nas regiões menos desenvolvidas, de carácter mais rural e que convergem a ritmos mais lentos que os verificados nas regiões mais prósperas. Por último, verifica-se que o desemprego tem crescido.

A terceira grande mudança ou desafio consiste no reforço da “qualidade” da produção e do desenvolvimento, sendo fundamental melhorar o capital físico e humano, assim como, encontrar novos modelos de governância que permitam aproveitar as potencialidades das regiões com mais dificuldades. Efectivamente, há que conciliar competitividade com coesão e bem estar.

O quarto e último desafio que se coloca ao novo período de programação consiste no estabelecimento de novas formas de parceria com vista ao aumento da coesão. Este objectivo exige uma grande coordenação entre o sistema económico, social e de governância, considerando-se por isso necessário reforçar as capacidades institucionais das instituições da UE.

A nova arquitectura da política de coesão depois de 2006 – estruturada segundo os 3 grandes objectivos da convergência, competitividade regional e emprego e a



cooperação territorial - deve assim vir a estar potencialmente articulada com as Agendas de Lisboa, Nice e de Gotemburgo, sendo assim fundamental a aposta em sectores como: inovação e conhecimento, ambiente e prevenção de riscos, acessibilidade e serviços.

**Quadro 9 - Taxas de Emprego - Comparação entre as Metas estabelecidas na Estratégia de Lisboa (2005 e 2010) e as registadas em Portugal e Espanha (2001-2004)**

Metas	Metas estabelecidas na EL		Portugal		Espanha
	2005	2010	2001	2004	2004
Taxa de emprego	67%	68,8%	68,8%	67,8	61,1
Taxa de emprego feminino	57%	61,1%	61,1%	61,7	48,3
Taxa de emprego para trabalhadores mais velhos	-	50,3%	50,3%	50,3	41,3

Fonte: Eurostat (Setembro 2005) – EU Labour Force Survey

Como pudemos verificar anteriormente, o crescimento do PIB e, conseqüentemente, a convergência, podem ser justificados, ora pelo crescimento da produtividade e do emprego, ora pelas despesas em capital físico (infraestruturas físicas como rede viária e saneamento).

Considerando as metas estabelecidas na Estratégia de Lisboa, verificamos que, em 2004, Portugal apresentava taxas de emprego total e feminino, assim como uma taxa de emprego de trabalhadores mais velhos que cumprem já as metas estabelecidas na Estratégia de Lisboa. No caso da Espanha, os valores de emprego total, emprego feminino e de trabalhadores mais velhos estão longe de atingir as metas intermédias para 2005.

**Quadro 10 - Grau de Instrução e de qualificação da força de trabalho, 2004**

	Grau de Instrução			Grau de Qualificação			
	População com pelo menos os estudos secundários - 25-64anos	População com pelo menos os estudos secundários - 20-24anos	Abandono escolar 18-24anos	Altamente Qualificada	Baixa Qualificação e a desempenhar funções não Manuais	Qualificada e a desempenhar funções manuais	Não Qualificada
EU 25	68,0	76,7	15,7	38,4	24,8	27,1	9,7
EU 15	65,0	73,8	17,8	39,2	25,7	25,1	10,0
Espanha	45,4	61,8	31,1	30,7	23,7	30,3	15,3
Portugal	25,3	49,0	39,4	25,9	23,4	38,3	12,4

Fonte: Eurostat (Setembro 2005) – EU Labour Force Survey

Isto aponta-nos para possíveis caminhos diferentes em matéria de modelo de crescimento e de valores de convergência, nomeadamente se considerarmos os valores de instrução e de qualificação da mão-de-obra, assim como as novas orientações em matéria de Fundos Estruturais para 2007.

No caso da Espanha o processo de crescimento económico poderá ser acompanhado por um crescimento do emprego e da produtividade, uma vez que em 2004, os valores ainda estão muito distantes dos estipulados como meta intermédia e final da Agenda de Lisboa.

No caso nacional, a questão crucial vai girar entre o conflito da reestruturação do sistema produtivo no sentido de uma substituição do trabalho por capital e a necessidade de manter níveis de emprego elevados. A este conflito acresce ainda o défice de formação/qualificação da mão-de-obra portuguesa, que permita a transformação do modelo económico.

**Quadro 11: Alguns indicadores de emprego, 2004**

2004	Tx. Emprego 15-64anos	Tx. Emprego 55-64anos	Part-time 15-64anos	%Empregados com contrato limitado	Taxa de Desemprego de longa duração
EU 25	63,3	41	10,9	13,7	4
EU 15	64,7	42,5	12,2	13,6	3,3
Espanha	61,1	41,3	5,3	32,5	3,5
Portugal	67,8	50,3	5,6	19,8	3

Fonte: Eurostat (Setembro 2005) – EU Labour Force Survey

Neste sentido, a política de coesão assume uma importância crítica para Portugal, uma vez que o crescimento económico tenderá a registar melhores performances nas regiões que são já hoje mais prósperas. Em Espanha, a par de Madrid e da Catalunha, assiste-se à emergência de novas regiões produtivas como Navarra e Rioja e à afirmação de outras como o País Basco e as Regiões Turísticas. A dimensão urbana do país, o grau de desenvolvimento infraestrutural e o perfil do capital humano, nomeadamente no que diz respeito às áreas da inovação, investigação e desenvolvimento, permitem avançar no sentido da convergência europeia, muito embora possam vir a aumentar as diferenças entre as várias regiões espanholas.

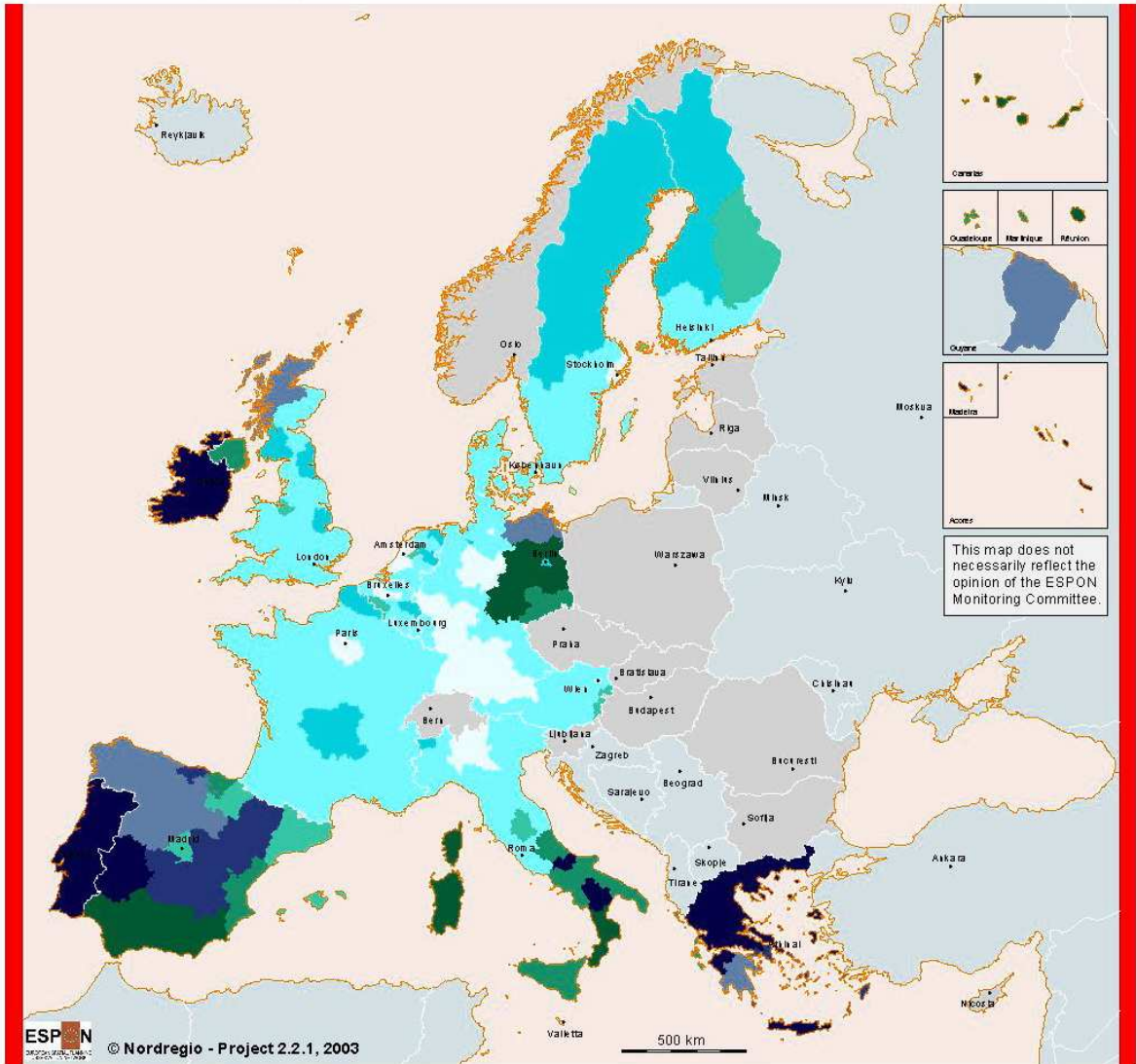
## Bibliografia

CE (2000) *O Conselho Europeu de Lisboa – uma Agenda de Renovação Económica e Social para a Europa. Contribuição da Comissão Europeia para o Conselho Europeu Especial de Lisboa*, 23 -24 de Março de 2000.(DOC/00/7)

- EC (S/ data) - *A Study on the Factors of Regional Competitiveness* A draft final report for The European Commission, Directorate-General Regional Policy. UNIVERSITY OF CAMBRIDGE, Coord. Prof. Ronald L. Martin., in [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/3cr/competitiveness.pdf](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/3cr/competitiveness.pdf)
- EC (2004a) – *A New Partnership for Cohesion. Convergence, competitiveness, cooperation. Third Report on Economic and Social Cohesion*, Luxemburgo.
- EC (2004b) – *Relever le Défi. La Stratégie de Lisbonne pour la croissance et l'emploi*. Rapport de Wim Kok., Novembre 2004, Luxemburgo.
- EC (2004c) – *Working for the regions*. Luxemburgo.
- EC (2005a) - *Thematic Evaluation of the Structural Funds' Contributions to the Lisbon Strategy*. Synthesis Report, February 2005, Danish Technological Institute, in [http://europa.eu.int/comm/regional\\_policy/sources/docgener/studies/pdf/lisbon2005.pdf](http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/lisbon2005.pdf)
- EC (2005b) – *The impact and added value of cohesion policy*, The Evaluation Unit, April 2005.
- EU (2005c) – *Acções comuns para o crescimento e o emprego: o programa comunitário de Lisboa*. Comunicação da Comissão COM(2005)330 final.
- EC. Statistics Netherlands. Eurostat (2005) *The EU-15's New Economy – A statistical portrait*. Working Papers and Studies.
- Eurostat (2005) – *EU Labour Force Survey*, Setembro 2005
- Fothergill, Stephen (2005) A New Regional Policy for Britain. *Regional Studies*. Vol.39.5.pp659-667.
- Gardiner, Ben; Martin, Ron; Tyler, Peter (2004) Competitiveness, Productivity and economic Growth across the European Regions. *Regional Studies*. Vol 38.9.pp.1045-1067.
- Giordano, Benito; Roller, Elisa (2004) *'Té para todos?'* A comparison of devolution in Spain and the UK. *Environment and Planning A*. vol.36.pp.2163-2181.
- H.M.Threasury (2001) Productivity in the UK. Nr.3: The Regional Dimension. London: H.M.Threasury.
- H.M.Threasury (2003a) A Modern Regional Policy for the United Kingdom. London: H.M.Threasury.
- H.M.Threasury (2003b) Productivity in the UK. Nr.4: The Local Dimension. London: H.M.Threasury.
- H.M.Threasury (2004) Benchmarking UK Productivity Performance. The Government's response to the consultation on productivity indicators. London: H.M.Threasury.
- Lion, Cristina; Martini, Paola; Volpa, Stefano (2004) The Evaluation of European Social Fund Programmes in a New Framework of Multilevel Governance: The Italian Experience. *Regional Studies*. Vol 38. nr.2 .pp.207-212.
- Markusen, Ann (2005) *Human versus Physical Capital: Government's role in Regional Development*. Paper presented at the International Conference on the Role of Government in Regional Economic Development, Baiona, Galicia, Spain, September 2005. REDE: Research on Economics, Energy and the Environment. University of Vigo.
- Martin, Ron; Tyler, Peter (2004) The Challenge of Enlargement in the Context of Enduring Regional Disparities. Paper presented to the RSA Conference. Angers, France, April, 2004.
- Mas Ivars, Matilde; Pérez Garcia, Francisco; Uriel Jiménez, Ezequiel (Dir.) (2003) *El stock de capital en España y su distribución territorial (1964-2000)*. Bilbao: Fundación BBVA.
- Mas, Matilde; Maudos, Joaquin; Pérez, Francisco; Uriel, Ezequiel (1996) Infrastructures and Productivity in the Spanish Regions. *Regional Studies*. Vol.30.7.pp.641-649.
- Rodriguez-Pose, Andrés; Fratesi, Ugo (2004) Between Development and Social Policies: The Impact of European Structural Funds in Objective 1 Regions. *Regional Studies*. Vol.38.1.pp.97-113.
- Rodriguez-Pose, Andrés; Gill, Nicholas (2004) Is there a global link between regional disparities and devolution? *Environment and Planning A*. vol.36.pp.2097-2117.
- Sapir, André (2005) *Globalisation and the Reform of European Social Models*. Bruegel. Background document for the presentation at ECOFIN informal Meeting in Manchester, 9 September 2005.
- Sapir, André (Chairman of the Group) (2003) *An Agenda for a Growing Europe. Making the EU Economic System Deliver*. *Structural Indicators. Update of the Statistical Annex (Annex1) to the 2004 Report from the Commission to the Spring European Council*. Structural Indicators. <http://europa.eu.int/comm/eurostat/structuralindicators>

# ANEXO 1

## Structural Fund spending, 1st draft



Structural Fund spending 1994-99 (Objective 1,2,3,5b,6 and Cohesion Fund)

Geographical Base: Eurostat GISCO

Origin of data: National data collection

Source: Nordregio



## Anexo 2

País	Programa/ Fundo	Adequação entre Fundos Estruturais e Estratégia de Lisboa (%)	Principais domínios de investimento com relevância para a aplicação da Estratégia de Lisboa		% do total dos Fundos Comunitários
Portugal	CSF/Obj. 1	21	1. 2. 3.	Capital Humano Desenvolvimento económico Investigação e desenvolvimento	9 9 1
Greece	CSF/Obj. 1	39	1. 2. 3.	Capital Humano e Inclusão social Desenvolvimento ambiental sustentável Desenvolvimento económico	15 11 8
Ireland	CSF/Obj. 1	42	1. 2. 3.	Desenvolvimento ambiental sustentável Capital Humano Desenvolvimento económico	11 10 8
Germany – NBL	CSF/Obj. 1	56	1. 2. 3.	Capital Humano Emprego Desenvolvimento ambiental sustentável	n/a
Regiões	Programa/ Fundo	Adequação entre Fundos Estruturais e Estratégia de Lisboa (%)	Principais domínios de investimento com relevância para a aplicação da Estratégia de Lisboa		% do total dos Fundos Comunitários
Greece – Attica	Objective 1	18	1. 2. 3.	Desenvolvimento ambiental sustentável Inclusão social Desenvolvimento económico	9 3 2
Italy – Campania	Objectivo 1	26	1. 2. 3.	Desenvolvimento ambiental sustentável Capital Humano Desenvolvimento económico	9 9 8
Portugal – North	Objectivo 1	28	1. 2. 3.	Capital Humano Desenvolvimento económico Investigação e desenvolvimento	12 4 3
Spain – Extremadura	Objectivo 1	32	1. 2. 3.	Capital Humano Desenvolvimento económico Outros	15 10 7
Germany – Sachsen Anhalt	Objectivo 1	67	1. 2. 3.	Desenvolvimento económico Investigação e desenvolvimento Capital Humano	30 25 15
Germany – Sachsen Anhalt	Objectivo 1	67	1. 2. 3.	Desenvolvimento económico Investigação e desenvolvimento Capital Humano	30 25 15
<b>Sweden – Norra Norrland120</b>	Objectivo 1	78	1. 2. 3.	Desenvolvimento económico Investigação e desenvolvimento Infraestruturas de informação	39 13 7
<b>UK – Western Scotland</b>	Objectivo 2	68	1. 2. 3.	Inclusão social Desenvolvimento económico Investigação e desenvolvimento Infraestruturas de informação	37 20 14 14
<b>Denmark – Bornholm</b>	Objectivo 2	80	1. 2. 3.	Investigação e desenvolvimento Desenvolvimento económico Capital Humano	36 22 16
<b>Austria – Niederösterreich</b>	Objectivo 2	N/A	1. 2. 3.	Investigação e desenvolvimento Desenvolvimento ambiental sustentável Desenvolvimento económico	n/as
<b>Finland – Satakunta</b>	Objectivo 2	85	1. 2. 3.	Desenvolvimento económico Capital Humano Investigação e desenvolvimento	35 18 18
<b>France – Aquitaine</b>	Objectivo 2	83	1. 2. 3.	Capital Humano Desenvolvimento económico Desenvolvimento ambiental sustentável	37 20 13

EC, 2005 - Thematic Evaluation of the Structural Funds' Contributions to the Lisbon Strategy. Synthesis Report, February 2005, Danish Technological Institute, pp. 125